



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista de Controle Externo

Auditoria Governamental

Caderno de Prova, Cargo C03, Tipo 001

000000000000000000

00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Novembro/2008

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue.

A velhice na sociedade industrial

A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobre-vivência à sua obra, às coisas que ele realizou e que fizeram o sentido de sua vida. Perdendo a força de trabalho, ele já não é produtor nem reproduzidor. Se a posse e a propriedade constituem, segundo Sartre, uma defesa contra o outro, o velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa.

Nos cuidados com a criança, o adulto “investe” para o futuro, mas em relação ao velho age com duplicidade e má fé. A moral oficial prega o respeito ao velho, mas quer convencê-lo a ceder seu lugar aos jovens, afastá-lo delicada mas firmemente dos postos de direção. Que ele nos poupe de seus conselhos e se resigne a um papel passivo. Veja-se no interior das famílias a cumplicidade dos adultos em manejar os velhos, em imobilizá-los com cuidados “para o seu próprio bem”. Em privá-los da liberdade de escolha, em torná-los cada vez mais dependentes, “administrando” sua aposentadoria, obrigando-os a sair do seu canto, a mudar de casa (experiência terrível para o velho) e, por fim, submetendo-os à internação hospitalar. Se o idoso não cede à persuasão, à mentira, não se hesitará em usar a força. Quantos anciãos não pensam estar provisoriamente no asilo em que foram abandonados pelos seus?

Quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra desvalorização. A racionalização do trabalho, que exige cadências cada vez mais rápidas, elimina da indústria os velhos operários. Nas épocas de desemprego, os velhos são especialmente discriminados e obrigados a rebaixar sua exigência de salário e aceitar empreitas pesadas e nocivas à saúde. Como no interior de certas famílias, aproveita-se deles o braço servil, mas não o conselho.

(Adaptado de Ecléa Bosi, **Memória e sociedade**)

1. A seguinte formulação resume, conceitualmente, o argumento central do texto:
 - (A) *Que ele nos poupe de seus conselhos e se resigne a um papel passivo.*
 - (B) *Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa.*
 - (C) *Quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra desvalorização.*
 - (D) *Veja-se no interior das famílias a cumplicidade dos adultos em manejar os velhos, em imobilizá-los com cuidados “para o seu próprio bem”.*
 - (E) *Quantos anciãos não pensam estar provisoriamente no asilo em que foram abandonados pelos seus?*

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo, ao empregar a expressão à sua obra, a autora está-se referindo às propriedades acumuladas pelo velho da classe mais favorecida.
 - II. No segundo parágrafo, o contexto permite entender que o termo “investe”, entre aspas, está empregado na acepção que lhe conferem os economistas.
 - III. No terceiro parágrafo, a expressão *racionalização do trabalho* identifica o rigor com que se planeja e se operacionaliza a produção industrial.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

3. Depreende-se da leitura do texto que, na sociedade industrial, a sabedoria acumulada pelos velhos
 - (A) vale apenas quando eles ainda mostram aptidão para trabalhar.
 - (B) é menosprezada porque não se costuma considerá-la produtiva.
 - (C) é cultuada com a mesma complacência com que se vê a criança.
 - (D) é bem acolhida somente quando eles pertencem à classe abastada.
 - (E) vale apenas quando eles assumem um papel passivo na família.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *o defendem da desvalorização de sua pessoa* = subestimam seu prestígio pessoal.
 - (B) *age com duplicidade e má fé* = porta-se ora com isenção, ora com justiça.
 - (C) *Que ele nos poupe de seus conselhos* = Que seja parcimonioso em suas recomendações.
 - (D) *especialmente discriminados* = particularmente depreciados.
 - (E) *empreitas pesadas* = cargos de máxima responsabilidade.

5. A concordância verbal está plenamente respeitada na frase:
- (A) Quando ocorre aos preconceituosos explicar por que discriminam os velhos, costumam valer-se de argumentos hipócritas.
 - (B) Os cuidados que se toma com a formação de uma criança não se estendem às atenções que se presta a um velho.
 - (C) O primado das mercadorias sobre os homens acabam por engendrar a impiedosa desvalorização da velhice.
 - (D) Quando se os privam da liberdade de escolha, os velhos são reduzidos ao estatuto da passividade e da dependência.
 - (E) Por que é que a tão poucos costumam sensibilizar, no trato com os velhos, a preciosidade que é a sabedoria acumulada numa vida?

6. Transpondo-se para a voz ativa a construção aproveita-se dele o braço servil, a forma verbal resultante deverá ser:
- (A) é aproveitado.
 - (B) seja aproveitado.
 - (C) aproveitem.
 - (D) aproveitam.
 - (E) tem aproveitado.

7. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:
- (A) A obra do velho não se costuma perdurar porque as pessoas em geral rejeitam o que perfaz o sentido de toda a sua vida.
 - (B) De acordo com Sartre, nos defendemos pela acumulação de bens dos outros que julgamos constituir nossa ameaça.
 - (C) Para os adultos, a criança proporciona um investimento, ao passo que para com os velhos costuma ocorrer o contrário.
 - (D) Caso não se rendam às mentiras e à persuasão de quem os cuida, há o risco de submeterem os velhos à violência.
 - (E) É penoso reconhecer que, uma vez abandonados num asilo, muitos velhos ainda crêem tratar-se de uma morada provisória.

8. No interior das famílias, costuma-se manejar os velhos, tratar os velhos como seres passivos, negar aos velhos a oportunidade de escolha, manter os velhos imobilizados num canto qualquer.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) tratar-lhes - negar-lhes - manter-lhes
 - (B) tratá-los - negá-los - mantê-los
 - (C) tratá-los - negar-lhes - mantê-los
 - (D) tratar-lhes - negá-los - manter-lhes
 - (E) os tratar - lhes negar - lhes manter

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.

O espírito das leis

– *O mais difícil, em certos processos, não é julgar os fatos expostos. É julgar os fatos ocultos.*

Foi o que ouvi, há muito tempo, quando eu ainda pensava em fazer Direito, de um parente juiz. Estranhei a expressão “fatos ocultos”, que me cheirou a esoterismo, mas ele explicou:

– *A gente costuma estudar um caso, avaliar as razões das partes, pesar os dados levantados, consultar minuciosamente a legislação e a jurisprudência, para, enfim, dar a sentença. Mas há situações em que a intuição e a experiência de um juiz fazem-no sentir que a verdade profunda do caso não foi exposta. Por vezes, ao ouvir os litigantes, esse sentimento cresce ainda mais. Aí a tarefa fica difícil. Objetivamente, um juiz não pode ignorar o que está nos autos; subjetivamente, no entanto, ele sabe que há mais complexidade na situação a ser julgada do que fazem ver as palavras do processo. Esses são os fatos ocultos; essa é a verdade que sofreu um processo de camuflagem da parte do impetrante, do impetrado ou de ambos.*

– *E o que faz você numa situação dessa?*

– *Ele parou de falar por um tempo, dando a impressão de que não iria responder. Mas acabou esclarecendo:*

– *Aplico a lei, naturalmente. É tudo o que devo e posso fazer. No entanto, para isso preciso também sentir o que se entende por espírito da lei, aquilo que nem sempre está nela explicitado com todas as letras, mas constitui, sem qualquer dúvida, o que a justifica e a legitima em sua profundidade. Como vê, às vezes julgo fatos ocultos com o concurso do espírito...*

Foi uma manifestação de bom humor, não um gracejo; foi uma lição que me ficou, que me parece útil para muitas situações da nossa vida.

(Etelvino Corrêa e Souza, inédito)

9. Ao dizer que, por vezes, é preciso julgar os fatos ocultos, o juiz referido no texto está considerando os casos em que há a necessidade de
- (A) aplicar a lei com todo o rigor, desconsiderando as lições de uma jurisprudência bem constituída.
 - (B) intuir, para além do que está nos autos, a verdade profunda que neles se encontra escamoteada.
 - (C) fazer prevalecer todo o peso do subjetivismo sobre a aplicação objetiva dos dispositivos legais.
 - (D) ignorar toda e qualquer mediação da análise mais pessoal, no momento de proferir a sentença.
 - (E) desmascarar os argumentos de ambas as partes, com vistas à anulação do processo.

<p>10. Atente para as seguintes afirmações:</p> <p>I. Depreende-se da leitura do texto que a lição que ficou para o narrador, <i>útil para muitas situações da nossa vida</i>, é a de que as aparências não costumam nos enganar.</p> <p>II. O <i>bom humor</i> da última fala do juiz no texto é um efeito produzido pela associação entre as expressões <i>fatos ocultos</i> e <i>concurso do espírito</i>, que lembram fenômenos sobrenaturais.</p> <p>III. Depreende-se do que afirma o narrador no último parágrafo do texto que ele considera o <i>gracejo</i> uma manifestação menos conseqüente que a do <i>bom humor</i>.</p> <p>Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) II e III. (B) I e III. (C) I e II. (D) I. (E) II.</p>	<p>14. Há uma relação de causa e efeito entre os seguintes segmentos:</p> <p>(A) <i>O mais difícil, em certos processos / não é julgar os fatos expostos.</i></p> <p>(B) <i>ao ouvir os litigantes, esse sentimento cresce ainda mais / a tarefa fica difícil.</i></p> <p>(C) <i>Foi o que ouvi / eu ainda pensava em fazer Direito.</i></p> <p>(D) <i>às vezes julgo fatos ocultos / com o concurso do espírito.</i></p> <p>(E) <i>aquilo que nem sempre está nela explicitado com todas as letras / mas constitui (...) o que a justifica e a legítima.</i></p>
<p>11. Na frase <i>essa é a verdade que sofreu um processo de camuflagem</i>, o segmento sublinhado tem sentido equivalente ao da expressão:</p> <p>(A) passou por uma manobra de explicitação. (B) contaminou-se com uma operação contraditória. (C) foi objeto de uma dissimulação. (D) enfatizou seu embuste. (E) se apresentou como um equívoco.</p>	<p>15. Estão corretamente grafadas e flexionadas todas formas verbais da frase:</p> <p>(A) Por vezes, é a intuição de um juiz que intermedeia o que está no processo e o espírito da lei.</p> <p>(B) Se não se dispuser a examinar bem o caso e não se prover da melhor intuição, poderá proceder injustamente.</p> <p>(C) A intuição costuma acessorar os juízes, nos casos mais complexos que se lhes apresentam.</p> <p>(D) É freqüente que um juiz remedie uma omissão da lei valendo-se do que lhe diz sua intuição.</p> <p>(E) Caso a intuição do juiz não intervisse naquele caso, o réu seria injustamente condenado.</p>
<p>12. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A)-se (atribuir) aos fatos expostos o valor de uma verdade que nem sempre eles representam.</p> <p>(B) A aplicação mecânica das leis e dos casos de jurisprudência nem sempre (implicar) uma sentença justa.</p> <p>(C) (costumar) ocorrer, em muitos processos, que a verdade profunda de um caso permaneça camuflada.</p> <p>(D) (assistir) aos juízes o dever de intuir a verdade que pode estar camuflada pela linguagem de um processo.</p> <p>(E) Nem sempre se (levantar) num processo judicial os fatos que correspondem à verdade do caso em julgamento.</p>	<p style="text-align: center;">Informática</p> <p>16. O sistema operacional Windows, 2000 ou XP, pode reconhecer</p> <p>(A) o sistema de arquivo FAT, somente. (B) o sistema de arquivo FAT32, somente. (C) o sistema de arquivo NTFS, somente. (D) os sistemas de arquivo FAT32 e NTFS, somente. (E) os sistemas de arquivo FAT, FAT32 e NTFS.</p>
<p>13. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:</p> <p>(A) A manifestação de bom humor do parente juiz, ficou como uma lição que o narrador disse ter aproveitado, em muitas situações de sua vida.</p> <p>(B) Há certos casos, em que um juiz pode e deve valer-se de sua intuição, sem prejuízo, para a objetividade de seu julgamento.</p> <p>(C) Afora o que consta em um processo, há com freqüência, uma série de fatores, que um juiz deve levar em consideração.</p> <p>(D) Pensei que ele não fosse me responder, mas ele o fez, valendo-se de uma frase bem-humorada, que me valeu uma lição.</p> <p>(E) O que se entende por espírito da lei, via de regra é algo que subjaz ao texto e, não, o que nele se explicita.</p>	<p>17. Na arquitetura do sistema operacional Windows, 2000 ou XP, uma unidade de execução dentro de um processo é representada pelo objeto</p> <p>(A) evento. (B) seção. (C) thread. (D) semáforo. (E) token.</p> <p>18. Os arquivos Linux conhecidos como FIFO (<i>First In, First Out</i>) são caracterizados como arquivo</p> <p>(A) de dispositivo. (B) pipe identificado. (C) regular. (D) link simbólico. (E) socket de domínio local.</p>

19. Um processo do sistema Linux que é interrompido ao receber um sinal STOP ou TSPS e reiniciado somente com o recebimento do sinal CONT encontra-se no estado de execução denominado
- (A) zumbi.
 (B) espera.
 (C) parado.
 (D) dormente.
 (E) executável.

Atenção: As questões de números 20 a 22 referem-se ao BrOffice.org 2.4 com padrão de configuração original.

20. No Calc, a célula A1 contém a fórmula =30+B1 e a célula B1 contém o valor 8. Todas as demais células estão vazias. Ao arrastar a alça de preenchimento da célula A1 para A2, o valor de A2 será igual a
- (A) 38
 (B) 30
 (C) 22
 (D) 18
 (E) 0

21. O número 2.350.000 inserido em uma célula do Calc com o formato Científico será exibido na célula como
- (A) 2,35E+006
 (B) 2,35+E006
 (C) 2,35E006+
 (D) 0,235+E006
 (E) 235E+006

22. No Writer, o ícone utilizado para copiar a formatação do objeto ou do texto selecionado e aplicá-la a outro objeto ou a outra seleção de texto é o
- (A) Localizar e substituir.
 (B) Gallery.
 (C) Navegador.
 (D) Pincel de estilo.
 (E) Copiar e colar.

Direito Constitucional

23. O controle de constitucionalidade de leis e atos normativos estaduais em face da Constituição da República, perante o Supremo Tribunal Federal, pode ser efetuado em sede de
- (A) ação declaratória de constitucionalidade.
 (B) recurso especial.
 (C) mandado de injunção.
 (D) *habeas data*.
 (E) ação direta de inconstitucionalidade.

24. Em relação à disciplina constitucional da ordem econômica e financeira, considere as assertivas abaixo:
- I. São princípios constitucionais da ordem econômica a soberania nacional, a propriedade privada, a função social da propriedade e a defesa do meio ambiente, entre outros.
 II. É assegurado a todos, sem exceções, o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos.
 III. O Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento da atividade econômica, sendo o último determinante para os setores público e privado.
 IV. O sistema financeiro nacional será regulado por leis complementares que disporão sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 (B) III e IV.
 (C) II e III.
 (D) I e IV.
 (E) II e IV.

25. Em matéria orçamentária, a Constituição da República autoriza a
- (A) utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, mediante autorização legislativa específica.
 (B) abertura da crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa, desde que haja indicação dos recursos correspondentes.
 (C) transposição ou o remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa, desde que se trate de recursos de um mesmo órgão.
 (D) utilização dos recursos provenientes de contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social.
 (E) transferência voluntária de recursos do governo federal e de suas instituições financeiras para o pagamento de despesas com pessoal ativo dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

26. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplica-se a disposição constitucional segundo a qual
- (A) se assegura vitaliciedade no cargo, após um ano de exercício, não podendo perdê-lo senão por sentença judicial transitada em julgado.
 (B) é vedado, a qualquer título ou pretexto, o recebimento de honorários, percentagens ou custas processuais.
 (C) se proíbe o exercício de atividade político-partidária, salvo exceções previstas na lei.
 (D) o ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica.
 (E) não se permite o exercício de outra função pública, exceto quando em disponibilidade.

<p>27. O servidor público ocupante de cargo da administração direta que vier a ser investido no mandato de Prefeito</p> <p>(A) perderá o cargo.</p> <p>(B) terá o tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.</p> <p>(C) será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.</p> <p>(D) perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.</p> <p>(E) não terá direito a perceber benefício previdenciário com valores fixados como se no exercício do cargo estivesse.</p>	<p>31. NÃO são entidades integrantes da administração indireta da União:</p> <p>(A) os serviços sociais autônomos.</p> <p>(B) as associações públicas das quais seja parte.</p> <p>(C) as empresas públicas por ela constituídas.</p> <p>(D) as sociedades de economia mista por ela controladas.</p> <p>(E) as autarquias federais.</p>
<p>28. Será inconstitucional a medida provisória que</p> <p>(A) vise a detenção ou seqüestro de bens ou outro ativo financeiro, ressalvadas hipóteses hoje admitidas pela própria Constituição.</p> <p>(B) não seja apreciada pelo Congresso Nacional em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação.</p> <p>(C) implique instituição ou majoração de impostos.</p> <p>(D) trate de matéria de direito civil ou comercial.</p> <p>(E) verse sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.</p>	<p>32. Os bens públicos de uso comum do povo têm como característica, nos termos da lei civil,</p> <p>(A) a sua inalienabilidade e impenhorabilidade, mesmo quando desafetados para se tornarem dominicais.</p> <p>(B) a impossibilidade de lhes ser atribuído regime especial de fruição.</p> <p>(C) a possibilidade de serem adquiridos por usucapião.</p> <p>(D) a possibilidade de ter seu uso sujeito a retribuição.</p> <p>(E) o fato de sua propriedade ser titularizada pelo próprio povo, e não pelo ente público.</p>
<p>29. Nos termos da Constituição do Estado do Ceará, a Assembléia Legislativa</p> <p>(A) reunir-se-á, anualmente, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.</p> <p>(B) funcionará em sessões públicas, com a presença da maioria absoluta de seus membros, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos.</p> <p>(C) aprova previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de quatro sétimos dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.</p> <p>(D) procederá à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas à Assembléia Legislativa dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa.</p> <p>(E) restringir-se-á a deliberar sobre a matéria para a qual tenha sido convocada, no período extraordinário, permitido o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.</p>	<p>33. Denominam-se cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos aquelas que atribuem à Administração determinados poderes, derogatórios do regime jurídico dos contratos privados. Entre estas cláusulas, estão as que confirmam à Administração</p> <p>(A) o poder de provocar o Poder Judiciário para anular o contrato.</p> <p>(B) o poder de provocar o Poder Judiciário para revogar o contrato.</p> <p>(C) a faculdade de modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação ao interesse público.</p> <p>(D) a faculdade de alterar o contrato, em acordo com o contratado, independentemente dos limites legais de aumento ou supressão do seu objeto.</p> <p>(E) a obrigação de indenizar o contratado pela rescisão unilateral da Administração, sem justa causa.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>30. No Brasil, o Direito Administrativo é ramo do Direito que tem como característica, no que diz respeito a suas fontes,</p> <p>(A) a codificação em nível federal, em respeito ao princípio da estrita legalidade.</p> <p>(B) o papel da jurisprudência como criadora de normas aplicáveis à Administração e integradora de lacunas legais.</p> <p>(C) a pluralidade de leis em níveis federal, estadual e municipal e o papel precípua da doutrina na unificação da respectiva interpretação.</p> <p>(D) o papel integrativo da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito, mesmo em caráter <i>praeter legem</i> ou <i>contra legem</i>.</p> <p>(E) a prevalência de normas de caráter administrativo, como decretos, portarias e resoluções, ainda que em face da aplicação da lei formal.</p>	<p>34. A modalidade de licitação apropriada para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de remuneração ao vencedor, é</p> <p>(A) o pregão.</p> <p>(B) o concurso.</p> <p>(C) a concorrência.</p> <p>(D) o convite.</p> <p>(E) a tomada de preços.</p> <p>35. O funcionário público civil do Estado do Ceará que, exercendo função de chefia, presenciar a prática de ilícito administrativo, deverá</p> <p>(A) efetuar a respectiva <i>notitia criminis</i> à autoridade policial competente e escusar-se de outra medida em sede funcional.</p> <p>(B) deixar o conhecimento e a apuração do fato às autoridades competentes, evitando interferência pessoal que comprometa sua atuação como testemunha.</p> <p>(C) efetuar a imediata repreensão do ilícito e aplicar a sanção correspondente, com base nos princípios da verdade real e da verdade sabida.</p> <p>(D) representar imediatamente a autoridade competente para que promova a apuração do fato, mediante o processo cabível.</p> <p>(E) determinar a instauração do processo administrativo disciplinar, avocando a competência para o julgamento em razão de sua proximidade presencial.</p>

36. Relativamente à instrução dos processos administrativos em nível federal, é correto afirmar que
- (A) as provas ilícitas poderão ser admitidas, a critério da autoridade processante, se não causarem lesão ao interesse público.
 - (B) os autos, encerrada a instrução, serão imediatamente conclusos para decisão, sem manifestação da parte interessada.
 - (C) é desnecessária a prévia intimação dos interessados para o comparecimento em diligências probatórias.
 - (D) a falta de apresentação de parecer obrigatório, ainda que vinculante, não impede o encerramento da instrução.
 - (E) cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, salvo com relação a fatos passíveis de comprovação por documentos expedidos pelo órgão administrativo.

Controle Externo

37. Em relação às competências, considere as assertivas abaixo.
- I. Compete ao Tribunal de Contas da União representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 - II. Compete ao Congresso Nacional fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
 - III. Compete ao Congresso Nacional aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) II e I.
 - (E) II e III.

38. O poder que possibilita ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, no âmbito de sua competência e jurisdição, expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, denomina-se poder
- (A) regimental.
 - (B) disciplinar.
 - (C) hierárquico.
 - (D) regulamentar.
 - (E) de Polícia.

39. A decisão pela qual o Tribunal de Contas do Estado do Ceará ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidas, devido à impossibilidade de julgamento de mérito, denomina-se
- (A) alternativa.
 - (B) terminativa.
 - (C) definitiva.
 - (D) conclusiva.
 - (E) condenativa.

40. Em relação às competências definidas na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, considere as assertivas abaixo.
- I. Julgar os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, excluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
 - II. Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de nomeação para cargos de provimento em comissão.
 - III. Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reformas e pensões, excetuadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I.
 - (D) II.
 - (E) III.

41. Em relação à fiscalização das Contas do Governador a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, é correto afirmar:
- (A) A prestação de contas apresentada pelo Governador será apreciada pelo Tribunal de Contas, mediante parecer prévio a ser elaborado em 30 dias.
 - (B) Após a decisão definitiva decretada pela Assembléia Legislativa, caberá apreciação por parte do Tribunal de Contas, no prazo máximo de 10 dias, contados da publicação da referida decisão.
 - (C) Ao Tribunal de Contas compete julgar, no prazo de 60 dias, contados do seu recebimento, as contas prestadas pelo Governador do Estado.
 - (D) A decisão decretada pela Assembléia Legislativa será conclusiva, não cabendo mais qualquer apreciação por parte do Tribunal de Contas.
 - (E) As contas sobre a execução do orçamento consistirão apenas em um relatório, elaborado pelo órgão central de controle interno do Poder Executivo.

42. Considere as assertivas abaixo:
- I. Aprovar os enunciados da Súmula da Jurisprudência do Tribunal.
 - II. Deliberar originariamente sobre conflitos de competência entre os órgãos do Tribunal.
 - III. Manter a ordem e a disciplina no Tribunal.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Ceará, compete ao Presidente do Tribunal de Contas o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

43. No Tribunal de Contas do Estado do Ceará, as deliberações do Plenário e, no que couber, as das Câmaras terão forma de Acórdãos quando se tratar de
- (A) contas do Governador do Estado.
 - (B) processos de julgamentos de tomadas ou prestação de contas.
 - (C) decisão em processo de apreciação da legalidade de ato sujeito a registro.
 - (D) aprovação do Regimento Interno.
 - (E) ato definidor da Estrutura.

Noções de Economia

44. O Produto Interno Bruto de uma economia é igual ao somatório dos valores de produção de bens e serviços
- (A) dessa economia em uma determinada unidade de tempo.
 - (B) finais dessa economia em uma determinada data no ano-calendário.
 - (C) dessa economia em uma determinada data no ano-calendário.
 - (D) finais dessa economia em uma determinada unidade de tempo.
 - (E) finais dessa economia, acrescido do valor das importações, em uma determinada unidade de tempo.

45. Suponha uma economia hipotética sem governo, na qual tenham ocorrido as seguintes transações:

- I. A empresa **A** adquire insumos da empresa **C** no valor de 100 e produz bens no valor de 300, sendo 70% da produção vendida para a empresa **B** e o restante para consumidores finais.
- II. A empresa **B**, com os insumos adquiridos da empresa **A**, fabrica bens no valor de 400, dos quais 20% são vendidos como insumos para a empresa **C** e o restante para consumidores finais.
- III. A empresa **C**, com os insumos adquiridos da empresa **B**, fabrica bens no valor de 200, dos quais 50% são vendidos para a empresa **A** e o restante para consumidores finais.

Considerando essas informações, é correto concluir que o valor agregado por essa economia é

- (A) maior que a renda.
 - (B) 900.
 - (C) 760.
 - (D) 530.
 - (E) 510.
46. Sobre a taxa de desemprego de um país, é correto afirmar:
- (A) Se a economia apresentar essa taxa acima da taxa natural, o aumento da demanda agregada tenderá a diminuí-la.
 - (B) O pensamento econômico predominante postula que entre essa taxa e a de inflação há correlação direta elevada.
 - (C) Se essa taxa está aumentando, a taxa de crescimento da população ocupada é maior que a taxa de crescimento da população.
 - (D) Existe apenas uma única metodologia para definir quais são as pessoas que estão procurando emprego e aceitando os salários vigentes na economia.
 - (E) Essa taxa está inversamente correlacionada com o total da população economicamente ativa.

47. O índice geral de preços de uma determinada economia apresentou o seguinte comportamento em um período de dez anos:

Ano	Índice
1998	100
1999	120
2000	130
2001	135
2002	137
2003	138
2004	140
2005	142
2006	145
2007	148

Assumindo-se que este índice represente adequadamente o nível geral de preços da economia, a taxa de inflação

- (A) foi estritamente crescente no período 1998-2000.
- (B) de 2006 foi a mais alta do período.
- (C) de 2003 foi a menor do período.
- (D) foi estritamente decrescente no período 2003-2007.
- (E) acumulada no período foi superior a 50%.

48. É uma medida que reduz o déficit primário do setor público:

- (A) empréstimo tomado por antecipação da receita orçamentária.
- (B) aumento da base monetária.
- (C) construção de pontes e viadutos.
- (D) redução da taxa de juros incidente sobre a dívida pública.
- (E) alienação de bens imóveis do setor público.

49. Considere as definições das siglas a seguir:

- C = Consumo privado
- I = Investimento privado
- G = Gastos totais do Governo
- X = Exportação de bens e serviços
- M = Importação de bens e serviços

A demanda agregada da economia, supondo-se que a oferta agregada seja infinitamente elástica, é representada pela seguinte expressão:

- (A) $C + I + G (-) X + M$
- (B) $C + I + G + X (-) M$
- (C) $C + I (-) G (-) X + M$
- (D) $C + I + G + X + M$
- (E) $(C + I + G) (-) (X + M)$

50. A teoria macroeconômica de determinação do nível de equilíbrio de renda, no curto prazo, postula que a economia está em equilíbrio quando, em um determinado nível geral de preços, a

- (A) demanda agregada é igual à oferta agregada.
- (B) taxa de crescimento da oferta agregada é maior que a da demanda agregada.
- (C) oferta agregada é maior que a demanda agregada.
- (D) taxa de crescimento da demanda agregada é maior que a da oferta agregada.
- (E) demanda agregada é maior que a oferta agregada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

Auditoria Governamental

51. Em relação ao código de ética estabelecido pelo INTOSAI é correto afirmar que

- (A) os auditores devem conduzir os trabalhos de acordo com as diretrizes traçadas pelos governantes ou pelo partido político ao qual pertencer.
- (B) os relatórios elaborados são de acesso livre aos funcionários públicos pertencentes ao quadro efetivo.
- (C) a aprovação em concurso de provimento público é condição satisfatória para conduzir trabalhos de auditoria de qualquer área de conhecimento, não podendo recusar designação de trabalhos.
- (D) a entidade auditada tem direito de acompanhar e acessar os relatórios de auditoria, bem como os papéis de trabalho elaborados pelo auditor.
- (E) os auditores devem conhecer e cumprir todas as normas, políticas, procedimentos e práticas aplicáveis de auditoria, contabilidade e gestão financeira.

52. Compõe um elemento da estrutura a ser avaliado pela metodologia COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*:

- (A) estrutura externa.
- (B) conformidade dos riscos.
- (C) reação ao risco.
- (D) segregação de funções.
- (E) fator aleatório.

53. Em decorrência do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, para melhor expressar sua opinião em relatórios e nos parágrafos de opinião dos pareceres, o auditor deve utilizar a expressão

- (A) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (B) em conformidade com as normas internacionais e nacionais.
- (C) de acordo com os princípios contábeis aplicados no Brasil.
- (D) em conformidade com as normas emanadas pelo CFC.
- (E) de acordo como os princípios contábeis normalmente aceitos.

54. Considere as situações:

- I. Foi constatado pela auditoria que uma verba salarial paga na folha de pagamentos não foi contabilizada, em virtude de não estar prevista no sistema de integração contábil.
- II. Após apresentada pelo responsável da área fiscal a alíquota de ICMS, de 18%, dos novos produtos a serem comercializados, a chefia determinou o cadastramento com a alíquota de 12%.
- III. Foram constatados contratos de manutenção de máquinas de copiar. Ao verificar no departamento de controle do patrimônio da empresa, constatou-se que não existiam máquinas dessa natureza, sendo utilizado prestador de serviço externo.

Em conformidade com os conceitos de fraude e erro, as situações I, II e III referem-se, respectivamente, a

- (A) fraude, fraude e fraude.
- (B) erro, fraude e erro.
- (C) fraude, erro e erro.
- (D) erro, erro e erro.
- (E) erro, fraude e fraude.

55. Os procedimentos de auditoria constituem-se no conjunto de

- (A) métodos contábeis e financeiros que permitem ao auditor confirmar ou provar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas.
- (B) técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas.
- (C) conceitos que permitem ao auditor obter comprovações de que as demonstrações contábeis auditadas correspondem ao registro de todos os fatos contábeis praticados pela empresa.
- (D) princípios que permitem ao auditor obter informações indicativas e completas para fundamentar sua posição sobre as demonstrações contábeis auditadas.
- (E) normas e leis que permitem ao auditor certificar-se de que as demonstrações contábeis auditadas estão em sua totalidade corretas.

56. A análise dos riscos de auditoria deve ser feita

- (A) na assinatura do contrato.
- (B) na emissão da carta de responsabilidade da administração.
- (C) no levantamento das contingências.
- (D) na fase de planejamento dos trabalhos.
- (E) na emissão do parecer.

57. Na elaboração do roteiro de monitoramento de uma auditoria operacional, o auditor deverá considerar
- (A) o plano de ação, o grupo de contato e o relatório de impacto da auditoria.
 - (B) os procedimentos, os testes e o tamanho da entidade.
 - (C) os testes, a carta de responsabilidade da administração e o parecer.
 - (D) a organização do trabalho, os controles internos e o contrato de auditoria.
 - (E) o planejamento, a análise do risco e o plano de contingências.

58. O auditor ao estabelecer uma amostra confiável NÃO deverá levar em consideração o
- (A) tamanho da amostra.
 - (B) risco inerente.
 - (C) erro tolerável.
 - (D) erro esperado.
 - (E) risco da amostra.

59. No processo de Governança Corporativa Governamental, são elementos que identificam a boa conduta e podem compor o código de ética:
- (A) integridade, negligência e honestidade.
 - (B) relacionamento cordial, subjetividade e integridade.
 - (C) probidade e propriedade, objetividade e integridade.
 - (D) centralização, transparência e evidência.
 - (E) parcialidade, imprudência e propriedade.

60. No processo de apresentação dos trabalhos de auditoria operacional, deve ser observado o monitoramento dos benefícios alcançados pela implementação das recomendações. Assim, os benefícios alcançados em procedimentos gerenciais geram impactos
- (A) financeiros quantificáveis.
 - (B) na quantificação de benefícios imateriais.
 - (C) financeiros não-quantificáveis.
 - (D) qualitativos não-quantificáveis.
 - (E) na identificação de benefícios materiais.

Administração Financeira e Orçamentária

61. Considere as assertivas abaixo.
- I. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
 - II. O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
 - III. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

62. Em relação ao Orçamento, incluem-se no rol das vedações estabelecidas no art. 167 da Constituição Federal, a
- (A) transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
 - (B) abertura de crédito suplementar ou especial com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes.
 - (C) realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que não excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
 - (D) realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
 - (E) concessão ou a utilização de créditos adicionais e suplementares limitados.

63. A proibição de se consignar na Lei Orçamentária dispositivo estranho à fixação das despesas e à previsão das receitas, ressalvada autorização para abertura de créditos suplementares, decorre do princípio orçamentário da
- (A) totalidade.
 - (B) exclusividade.
 - (C) universalidade.
 - (D) especificação.
 - (E) não-vinculação.

<p>64. Em relação ao orçamento público no Brasil, de acordo com Portaria da STN – Secretaria Tesouro Nacional, o instrumento de organização da ação governamental que visa a concretização dos objetivos pretendidos pela administração, sendo mensurado pelos seus indicadores, denomina-se</p> <p>(A) Projeto de Governo.</p> <p>(B) Atividade de Governo.</p> <p>(C) Programa governamental.</p> <p>(D) Operação Especial.</p> <p>(E) Função de Governo.</p>	<p>67. O investimento cuja duração ultrapasse um exercício financeiro, só poderá ser iniciado se for previamente incluído</p> <p>(A) no Plano Plurianual.</p> <p>(B) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(C) na Lei Orçamentária.</p> <p>(D) no Plano de Diretor.</p> <p>(E) na Lei de Diretrizes e Bases.</p>
<p>65. Considere as assertivas abaixo.</p> <p>I. A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.</p> <p>II. O anexo de metas fiscais deverá integrar a Lei Orçamentária Anual, que demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade, no exercício a que se referir.</p> <p>III. A avaliação financeira e atuarial dos fundos de previdência está compreendida no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) III, apenas.</p> <p>(D) I e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>68. O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, disporá sobre</p> <p>(A) a variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos.</p> <p>(B) a forma de realização de despesas sem prévio empenho.</p> <p>(C) o cálculo do baixo crescimento da taxa de variação acumulada sobre o PIB.</p> <p>(D) a reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.</p> <p>(E) as formas de compra de títulos da dívida e a data de sua colocação no mercado.</p>
<p>66. Observadas as normas técnicas e legais, as previsões de receita considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, e serão acompanhadas, além do demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da</p> <p>(A) projeção para as receitas obtidas com serviços de terceiros.</p> <p>(B) metodologia de cálculo do impacto dos resultados nominal e primário que possam afetar as receitas.</p> <p>(C) projeção da estimativa do impacto orçamentário e financeiro do exercício em que entrar em vigor.</p> <p>(D) demonstração da composição das dívidas ativas decorrentes de financiamentos e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.</p> <p>(E) projeção para os dois seguintes exercícios àqueles a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.</p>	<p>69. De acordo a Lei de Responsabilidade fiscal, acompanharão o relatório resumido da execução orçamentária, dentre outros, o demonstrativo relativo a</p> <p>(A) receitas e despesas extra-orçamentárias.</p> <p>(B) despesa total com pessoal, distinguindo as referentes a inativos e pensionistas inativos.</p> <p>(C) resultados nominal e primário.</p> <p>(D) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.</p> <p>(E) despesas com serviços de terceiros.</p> <p>70. A meta relativa ao montante da dívida pública, para o exercício a que se referir e para os dois seguintes, em valores correntes e constantes, será estabelecida no Anexo de</p> <p>(A) Programação Orçamentária.</p> <p>(B) Passivos Permanentes.</p> <p>(C) Riscos Fiscais.</p> <p>(D) Programação Financeira.</p> <p>(E) Metas Fiscais.</p>

Contabilidade Geral	
<p>71. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado</p> <p>(A) é obrigatória para todas as sociedades anônimas.</p> <p>(B) é exigida somente para as companhias abertas.</p> <p>(C) será obrigatória, a partir de 2009, para todos os tipos de sociedades.</p> <p>(D) será obrigatória para todas as sociedades de grande porte.</p> <p>(E) é facultativa e constitui-se em item das notas explicativas.</p>	<p>75. O montante do dividendo por ação do capital social deverá ser evidenciado</p> <p>(A) na Demonstração do Resultado do Exercício.</p> <p>(B) na Demonstração dos Fluxos de Caixa.</p> <p>(C) na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.</p> <p>(D) na Demonstração do Valor Adicionado.</p> <p>(E) no Relatório de Administração.</p>
<p>72. Em 2007, a Empresa L&M obtém R\$ 5.000.000,00 em receitas, das quais 20% serão recebidas no início de 2008. Das despesas, no valor total de R\$ 4.100.000,00, R\$ 800.000,00 correspondem a despesas de depreciação e R\$ 400.000,00 a despesas provisionadas. Com base nos dados fornecidos e comparando a apuração do Resultado pelo Regime de Caixa e pelo Regime de Competência de Exercício, o resultado apurado pelo Regime de</p> <p>(A) Caixa é R\$ 2.100.000,00.</p> <p>(B) Competência é R\$ 1.700.000,00.</p> <p>(C) Competência é R\$ 1.300.000,00.</p> <p>(D) Caixa é de R\$ 1.100.000,00.</p> <p>(E) Caixa é R\$ 900.000,00.</p>	<p>76. O reconhecimento dos eventos contábeis no momento de identificação do seu fato gerador está ligado ao</p> <p>(A) princípio da entidade.</p> <p>(B) conceito de essência sob a forma.</p> <p>(C) princípio do custo como base de valor.</p> <p>(D) critério da confiabilidade.</p> <p>(E) regime de competência.</p>
<p>73. Na elaboração do Fluxo de Caixa, são evidenciados no Fluxo dos Financiamentos</p> <p>(A) os empréstimos obtidos de empresas coligadas, que não se constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia, e os aportes de recursos feitos por acionistas.</p> <p>(B) os empréstimos concedidos a empresas controladas, mesmo que tenham referência aos negócios usuais da companhia, e os recursos captados exclusivamente para direitos do ativo permanente.</p> <p>(C) os recursos captados exclusivamente de não-acionistas, desde que direcionados à aquisição de bens do imobilizado, e todos os recursos ligados a aquisição de bens incorpóreos.</p> <p>(D) todos os tipos de adiantamentos concedidos a diretores e participantes nos lucros da companhia, que se constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia, e o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição.</p> <p>(E) os ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado, e os adiantamentos de pró-labore feitos aos sócios da entidade no decurso do exercício social da empresa.</p>	<p>77. São contas integrantes do grupo Patrimônio Líquido</p> <p>(A) os prêmios na emissão de debêntures e as ações em tesouraria.</p> <p>(B) os bônus de subscrição e as doações recebidas pela entidade.</p> <p>(C) as reservas de capital e os ajustes de avaliação patrimonial.</p> <p>(D) as subvenções para investimentos e os prejuízos do exercício.</p> <p>(E) as doações recebidas e os lucros acumulados.</p>
<p>74. A perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e de quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado, é reconhecida a</p> <p>(A) débito da conta de despesa exaustão.</p> <p>(B) crédito da conta de provisão para perdas permanentes.</p> <p>(C) crédito da conta depreciação acumulada.</p> <p>(D) crédito da conta exaustão acumulada.</p> <p>(E) débito da conta de despesa de amortização.</p>	<p>78. NÃO serão avaliados pelo método de equivalência patrimonial os investimentos em</p> <p>(A) coligadas de que participe com 20% do capital total.</p> <p>(B) outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo.</p> <p>(C) coligadas de que participe com 20% ou mais do capital votante.</p> <p>(D) coligadas cuja administração tenha influência significativa.</p> <p>(E) em outras sociedades que estejam sob controle comum.</p>
Contabilidade Pública	
<p>79. O lançamento que debita a conta Bancos e credita a conta Débitos de Tesouraria é efetuado para registrar uma</p> <p>(A) receita orçamentária.</p> <p>(B) receita extra-orçamentária.</p> <p>(C) despesa orçamentária.</p> <p>(D) despesa extra-orçamentária.</p> <p>(E) despesa de capital.</p>	

80. Considere as seguintes informações:

Déficit Financeiro de 2006	R\$ 900,00
Superávit de Execução Orçamentária de 2007	R\$ 500,00
Cancelamento de Restos a Pagar em 2007	R\$ 100,00

O Resultado Financeiro (patrimônio financeiro) apurado em 2007 é um

- (A) déficit financeiro de R\$ 300,00.
- (B) superávit financeiro de R\$ 400,00.
- (C) déficit financeiro de R\$ 500,00.
- (D) superávit financeiro de R\$ 550,00.
- (E) déficit financeiro de R\$ 800,00.

81. Quanto ao ingresso, as receitas classificam-se como

- (A) originárias e derivadas.
- (B) orçamentárias e extra-orçamentárias.
- (C) corrente e de capital.
- (D) ordinárias e extraordinárias.
- (E) flutuantes e permanentes.

82. Os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, serão demonstrados no

- (A) Boletim de Caixa e Bancos.
- (B) Balanço Patrimonial.
- (C) Balanço Financeiro.
- (D) Balanço Compensado.
- (E) Fluxo de Caixa.

83. Conforme dispõe a Lei Federal nº 10.180/01, que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências, incluem-se entre as finalidades do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal

- (A) editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira, e promover a padronização da execução da despesa pública.
- (B) elaborar a programação financeira do Tesouro Nacional e gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional.
- (C) manter controle dos compromissos que onerem a União, direta ou indiretamente, frente a entidades ou organismos internacionais, e o planejamento e o orçamento estadual.
- (D) formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social e o planejamento estratégico nacional.
- (E) promover a integração com os demais Poderes e esferas de governo em assuntos de administração e programação financeira e os planos de desenvolvimento social.

84. Quando ocorrer a anulação de um empenho, no exercício da sua emissão, a importância anulada será

- (A) registrada como uma receita extra-orçamentária.
- (B) considerada receita orçamentária.
- (C) contabilizada como uma variação ativa independente da execução orçamentária.
- (D) classificada como uma insubsistência passiva.
- (E) revertida à dotação.

85. Considera-se obrigatória, de caráter continuado, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a

- (A) dois semestres.
- (B) dois exercícios.
- (C) dois trimestres.
- (D) três exercícios.
- (E) quatro exercícios.

86. Na despesa total de pessoal, para fins de verificação dos limites definidos na LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, não será computada a despesa com

- (A) indenização por demissão de servidores ou empregados.
- (B) vantagens variáveis.
- (C) gratificações.
- (D) horas extras.
- (E) encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Administração Pública

87. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de 1995, é considerado um marco importante no processo de transição de um modelo burocrático de administração pública, no qual a ênfase recaía no controle formal e rígido de processos (meios), para uma administração pública gerencial, com mais autonomia de gestão, controle por resultado e foco no atendimento do cidadão (fins). Nesse Plano, a proposta de reforma do aparelho do Estado está consubstanciada na existência de quatro setores dentro do Estado: núcleo estratégico, atividades exclusivas, serviços não-exclusivos e produção de bens e serviços para o mercado. Em relação ao setor de produção de bens e serviços para o mercado, sua implementação implicava

- I. privatizar empresas estatais.
- II. transformar entidades ou órgãos públicos em Organizações Sociais (OS).
- III. transferir para o setor público não-estatal serviços não-exclusivos.
- IV. reorganizar e fortalecer os órgãos de regulação de monopólios naturais privatizados.
- V. realizar parcerias público-privadas.

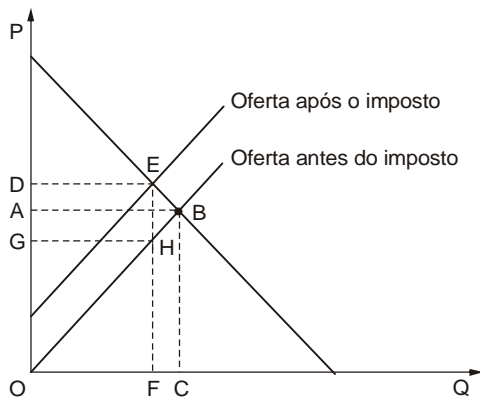
Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) IV e V.

<p>88. A qualificação como OS – Organização Social, dada pelo Poder Público a pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, é definida pela Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998 e visa a conceder maior autonomia à atuação dessas organizações. As finalidades que permitem a qualificação como OS, segundo a lei federal, são, dentre outras,</p> <p>I. experimentação não-lucrativa de novos modelos sócio-produtivos.</p> <p>II. ensino.</p> <p>III. desporto.</p> <p>IV. pesquisa científica.</p> <p>V. desenvolvimento tecnológico.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV. (B) I, IV e V. (C) II e III. (D) II, III e IV. (E) II, IV e V.</p>	<p>92. Em decorrência do processo de mudança para uma administração pública gerencial e da obtenção de padrões elevados de desempenho e de excelência na gestão de serviços públicos, um dos princípios que constitucionalmente deve nortear a atuação da administração pública é o da</p> <p>(A) desconcentração. (B) descentralização. (C) efetividade. (D) eficiência. (E) eficácia.</p>
<p>89. Um dos aspectos importantes das mudanças na implementação das políticas públicas é o da contratualização com as entidades do chamado 3º Setor. Com isso, a administração pública pode contratar uma organização para executar serviços públicos e viabilizar a atuação do particular na execução de suas atividades. Uma dessas entidades é a Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. O instrumento pelo qual se concretiza a contratualização entre o Poder Público e a Oscip é</p> <p>(A) o termo de parceria. (B) o contrato de gestão. (C) a concessão de serviço público. (D) o acordo de Programa. (E) o convênio.</p>	<p>93. A participação democrática da sociedade é considerada como aspecto essencial da cidadania e do controle social do poder público. O aumento da transparência no trato da coisa pública possibilita o exercício da cidadania e do controle social. Assim, dentre outros, são instrumentos de participação da sociedade na formulação na gestão ou no controle de políticas públicas:</p> <p>(A) os conselhos municipais e os consórcios públicos. (B) os consórcios públicos e as agências executivas. (C) as Oscips – organizações da sociedade civil de interesse público e os consórcios públicos. (D) as Oscips – organizações da sociedade civil de interesse público e as agências executivas. (E) os conselhos municipais e as audiências públicas.</p>
<p>90. O Portal do Tribunal de Contas do Ceará na Internet é um exemplo de governo eletrônico (E-Gov), por provocar transformações profundas nos relacionamentos. Os relacionamentos mantidos pelo Tribunal com os cidadãos e com os demais órgãos governamentais denominam-se, respectivamente,</p> <p>(A) G2G e G2B. (B) G2B e C2G. (C) G2C e G2G. (D) B2G e C2G. (E) C2G e G2B.</p>	<p style="text-align: center;">Finanças Públicas</p> <p>94. O mercado monopolista é um dos exemplos das falhas do mercado em alocar eficientemente os fatores de produção. A razão disso é que o monopolista, em comparação com o mercado de concorrência perfeita (que é perfeitamente eficiente),</p> <p>(A) pratica preços menores que os concorrenciais, porque deseja açambarcar o mercado usando seu poder de barganha. (B) paga impostos maiores sobre vendas porque produz mais, repassando-os ao consumidor. (C) pode praticar o preço que quiser e a quantidade demandada será a mesma, uma vez que é o único produtor. (D) pratica um preço de venda superior ao custo marginal de produção. (E) vende quantidades menores porque seus custos de produção são mais altos do que o das empresas que operam em concorrência perfeita.</p>
<p>91. A adoção do procedimento licitatório pela modalidade de pregão eletrônico</p> <p>I. restringe a competitividade entre os fornecedores.</p> <p>II. representa um incremento da eficiência, pela automação de sistema e processo administrativos.</p> <p>III. permite a participação de maior número de empresas no certame.</p> <p>IV. possibilita maior transparência na licitação.</p> <p>V. é obrigatória para aquisição de qualquer tipo de bens e serviços.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III. (B) II, III e IV. (C) II, III e V. (D) III, IV e V. (E) IV e V.</p>	<p>95. Uma causa de falha de mercado muito comum é a denominada informação assimétrica. É exemplo de mercado em que a informação assimétrica implica a seleção adversa dos produtos ofertados:</p> <p>(A) casas pré-fabricadas. (B) utilidades domésticas, com garantia, vendidas em lojas de departamentos. (C) automóveis usados. (D) restauração de móveis antigos e objetos de arte. (E) refrigerantes de marcas consagradas.</p>

96. Há alguns tipos de mercado em que ocorre o denominado risco moral (*moral hazard*), fato que prejudica também a sua eficiência. São exemplos desse tipo de mercado:
- (A) seguro-saúde e seguro de carros.
 - (B) raridades, como selos, moedas, livros e pinturas.
 - (C) encanadores e eletricitistas.
 - (D) telefones celulares pré-pagos.
 - (E) automóveis novos.

97. O Governo, ao instituir impostos sobre vendas, altera a eficiência alocativa dos mercados. Essa falha na eficiência alocativa, denominada peso morto da tributação, corresponde à soma das perdas dos excedentes do consumidor e do produtor que é superior aos benefícios prestados pelos bens e serviços produzidos pelo governo com os recursos do imposto. Abaixo, o gráfico representativo do equilíbrio de um mercado de concorrência perfeita antes e depois da incidência de um imposto específico sobre vendas.



O chamado peso morto da tributação corresponde, nesse gráfico, à área do

- (A) retângulo ODEF.
 - (B) triângulo HEB.
 - (C) trapézio ADEB.
 - (D) trapézio GABH.
 - (E) retângulo OGHF.
98. Sobre os princípios teóricos da tributação, é correto afirmar que
- (A) o critério do benefício estabelece que cada indivíduo deve contribuir para o financiamento dos gastos públicos na medida de sua capacidade econômica.
 - (B) o critério da equidade horizontal estabelece que indivíduos desiguais devem ser tributados de forma distinta.
 - (C) o argumento de que a equidade vertical na tributação implica distribuição progressiva na carga tributária está baseado na premissa de que a utilidade marginal da renda é decrescente.
 - (D) a aplicação do critério da capacidade de contribuição encontra um campo particularmente fértil na área de serviços públicos divisíveis.
 - (E) o critério da equidade vertical consiste em dar o mesmo tratamento aos indivíduos considerados iguais.

99. Segundo a teoria econômica convencional, o imposto que melhor atende ao princípio da neutralidade em relação aos mercados de produção, de consumo e de fatores de produção é um imposto
- (A) sobre vendas com alíquotas uniformes.
 - (B) sobre o consumo com alíquotas fixas.
 - (C) seletivo sobre produtos industrializados.
 - (D) progressivo sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas.
 - (E) de valor uniforme fixo para todos os contribuintes.

100. Considere as assertivas abaixo, relativas aos problemas suscitados pelo federalismo fiscal em nosso país.

- I. Para se adequar à prática fiscal existente, na maioria dos países, de desonerar tributariamente todas as exportações, a União teve que conceder uma fatia adicional da arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR) que é distribuída aos Estados, para que esses isentassem a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre os produtos primários exportados.
- II. A dificuldade de implantar uma reforma fiscal e tributária em nosso País consiste justamente em conciliar os interesses divergentes entre os poderes tributantes e os contribuintes, bem como em medir as alterações de arrecadação que essa reforma acarretaria.
- III. A partir da Constituição Federal de 1988, a União tem concentrado esforços em ampliar a base de cálculo e as alíquotas das contribuições sociais e das contribuições sobre o domínio econômico, uma vez que estas não são redistribuídas aos Estados e Municípios.
- IV. A chamada “guerra fiscal” existente entre os Estados deriva do fato de seu principal tributo, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ser cobrado no estado de destino do bem, em vez de no estado produtor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.